

Manifestejos de junho: negação e ocupação da coisa pública

Laura Trajber Waisbich¹

Resumo: As manifestações de junho de 2013 no Brasil trazem consigo dúvidas e conjecturas. Em um exercício de leitura do contexto atual, são interpostas duas lentes de análise: a macro-social e a do testemunho individual. Salienta-se na presente mobilização a revolta coletiva e individual de simultâneas negação e apropriação do espaço público.

Palavras-chave: mobilização social, espaço público, indignação, festa

Junho foi um mês de perplexidades. A série de manifestações ocorridas em centenas de cidades de quase todo o país foram recebidas com um misto de alento e preocupação. A atual perplexidade do *establishment* político logo se misturou às tentativas de muitos cientistas sociais de explicar as causas profundas ou ainda de tipificar o formato das manifestações e protestos que brotaram como flores da primavera, neste outono de 2013.

Sabe-se que as suposições ou afirmações feitas hoje perdem e perderão rapidamente seu poder explicativo amanhã. As manifestações tem mudado rapidamente de forma e qualquer prognóstico fica ultrapassado em poucas horas. Entretanto, a necessária cautela não impede a formulação de hipóteses sobre a gênese destes movimentos ou sobre seu devir.

Seria, no entanto, irresponsável falar das manifestações em um plural. Cada cidade teve e tem sua própria dinâmica. Mesmo que as primeiras manifestações tenham começado em São Paulo, em torno de uma questão bastante específica, aconteceram também em capitais do país e a muitas outras localidades, de norte a sul. Até a pacata Paraty foi palco de protestos durante a sua tradicional Feira Literária Internacional, a FLIP. Um mês depois, parece ser a cidade do Rio de Janeiro a que tem mantido com certa regularidade e vitalidade a rotina de sair às ruas. Simultaneamente, foi a pacata Paulínia, o nascente polo cinematográfico do estado de São Paulo, a primeira cidade no país a adotar a tarifa zero para os transportes públicos, já no mês de julho.

Passado um mês do início dos protestos, temas como a gestão de recursos públicos, o sistema político, a mídia, a juventude e a polícia estão mais em voga

1 Formada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Atualmente, é pesquisadora do Cebrap e assistente de projetos na Conectas Direitos Humanos.

do que nunca. Da eclosão espontânea das ruas começam a se desenhar, agora, debates mais setorializados e profundos, criando incipientes pontes de diálogo entre atores governamentais e não-governamentais.

Meio a tantas temáticas relevantes, o presente texto almeja ao mesmo tempo expor possíveis chaves de leitura amplas das manifestações presentes e refletir acerca da experiência individual, esta sim baseada nos eventos que ocorreram em São Paulo, em meados de junho de 2013. Trata-se portanto de um esforço diacrônico de interpor duas lentes de análise, uma macro-social e outra micro-individual e de fazer um retrato, ainda que imperfeito, do atual contexto.

O leitor perceberá no presente texto um viés para as análises macro, cujo teor dialoga com a formação e área de atuação da autora. Já a segunda seção, centrada nos indivíduos, é produto da observação e participação da autora em diferentes protestos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro durante os meses de junho e julho de 2013. Trata-se, portanto, de um esforço complementar ao tradicional trabalho do cientista social de entender a realidade circundante, e que se mostra ainda mais pertinente na atualidade.

Decifrando os protestos: os porquês da revolta pública

A eclosão de manifestações como as de junho suscita perguntas sem respostas fáceis. E é por meio de perguntas por vezes simples, tais como *quem, como e por quê*, que se constrói lentamente um maior entendimento do fenômeno.

Quanto à primeira questão, a de saber a quem se deve a eclosão e manutenção dos protestos recentes, tem-se um relativo consenso em torno do binômio juventude e classe média.

Diferentes grupos participaram da eclosão das manifestações. Cabe, no entanto, uma analogia à imagem dos círculos concêntricos, pois teve-se ao longo do tempo um processo de massificação e diversificação gradual dos participantes. Limitando-se as primeiras manifestações na cidade de São Paulo a integrantes e simpatizantes do Movimento Passe Livre (MPL) depois aos simpatizantes de diferentes movimentos sociais e grupos da sociedade civil organizada (sobretudo os grupos mais à esquerda) e por fim uma massa de jovens sem contornos políticos ou institucionais definidos. Salienta-se o fator da repressão policial, sobretudo na fatídica quinta-feira (13/06), como grande intensificador e mobilizador dos demais grupos. Em outras palavras, à medida que foi sendo reprimido, o movimento ganhou novos adeptos. Novos participantes estes que juntaram-se ao grupo menos por afinidade com as mesmas causas iniciais – a tarifa dos ônibus no caso – mas sobretudo para exigir seu direito de sair às ruas. Ambos os slogans: “Não é só por 20 centavos” e “É por direitos” são sintomáticos deste panorama.

Já em outras cidades do país, os atores foram outros, tem-se no primeiro círculo, por exemplo, os integrantes dos Comitês Populares da Copa nas capitais que sediarão os jogos do Mundial de 2014. Os Comitês são, nas palavras de seus representantes, “*resultado de mobilizações nas cidades-sede da copa (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) de iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Em cada cidade reflete a organização dos atingidos e da sociedade local em sua luta contra as Violações de Direitos decorrentes da realização dos jogos da Copa 2014, e no Rio de Janeiro, também das Olimpíadas 2016.*”² Trata-se de grupos que buscam discutir criticamente os legados sociais dos megaeventos no país, influenciando os (ou resistindo aos) rumos destes processos.

Há entre o MPL e os Comitês da Copa traços em comum, sendo ambos novos movimentos sociais urbanos. Ativos cada qual em seu setor, mas de baixa visibilidade na grande mídia e cujas demandas até então haviam sido marginalizadas pelo poder público.

Globalmente, aventa-se que os manifestantes de junho sejam majoritariamente jovens, de até 35 anos, com diploma de nível superior e sem partido definido, marinheiros de primeira viagem no mundo dos protestos³. O que não exclui, em menor grau, a participação de outros, mais velhos, tradicionais militantes do presente ou aqueles que participaram das grandes mobilizações do passado (as Diretas Já, o Fora Collor).

Para além da idade, muitos se questionam quanto à classe social dos manifestantes. Neste quesito, já não há consenso aparente. Falou-se bastante da classe média, enquanto principal ator. Segundo esta visão, a revolta seria uma reação à falência dos governos em satisfazer às crescentes demandas de grupos cada vez maiores de pessoas com poder aquisitivo crescente (Fukuyama, 2013). Não obstante, o conceito de classe média é nebuloso e por vezes enganador. E neste caso concreto, parece que o fator renda não é homogêneo.

Para alguns, trata-se de um levante de uma parcela da população que manteve-se às margens da ação recente do Estado (a *velha* classe média), não contemplada pelo crescente aumento da renda e continuamente espremida pela alta dos encargos tributários ou da inflação. Para outros, os principais atores são outros, os que ascenderam recentemente ao rol dos incluídos na última década e que são, portanto, desejosos de mais Estado (a *nova* classe média). Ambas as explicações, a do protagonismo da velha ou da nova classe média, descartam a participação dos mais pobres do levante. Fato este, já bastante teorizado na literatura sobre movimentos sociais, que atenta aos obstáculos à

2 Para saber mais sobre os Comitês Populares da Copa no Brasil, ver: <http://www.portalpopular-dacopa.org.br/>

3 Apesar das insuficiências de qualquer pesquisa feita no calor das ruas, a pesquisa do Datafolha publicada dia 18/6/2013 fornece algumas pistas sobre a natureza dos participantes. (Folha de São Paulo, 2013).

participação dos grupos mais marginalizados, ou mais pobres, mesmo que estes sejam potencialmente os maiores beneficiários dos bens advindos da ação coletiva (Tilly and Tarrow, 2006). Entretanto, é prudente salientar que, mesmo que um pouco tardiamente, houve algumas paralizações nas periferias de São Paulo, por exemplo em Capão Redondo, Campo Limpo e Guaianazes, organizadas por conhecidos movimentos sociais tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, o Movimento Periferia Ativa e a Frente de Resistência Urbana. Em outras palavras, até mesmo setores tradicionalmente excluídos estiveram, mesmo que em menor peso, envolvidos com as revoltas populares na cidade.

Uma vez dito isso, a análise de classe não aparenta ser a mais pertinente. Não por acaso, não estiveram os partidos e os sindicatos (os tradicionais representantes dos interesses de classes) na origem dos levantes. Adicionalmente, muitos indivíduos se disseram apertados e salientaram que não estavam representando ninguém afora si mesmos. Não por coincidência, muitos deles se apresentavam ora como mascarados ora como “ninguém” (Pelbart, 2013). E nas ruas rejeitava-se, paradoxalmente, e por vezes com violência, bandeiras e rótulos.

Já a pergunta do como, ou seja, a indagação acerca dos repertórios de ação dos manifestantes, tem-se a tradicional manifestação e/ou protesto acompanhados de dois elementos de grande importância: o uso das mídias sociais (o Facebook, o Youtube, e sobretudo, o Twitter) e o uso estratégico da ocupação de espaços públicos, sobretudo de vias arteriais e pontos simbolicamente relevantes para a vida urbana (praças, pontes, monumentos etc.).

Ambos os fatores de explicação do repertório de ação coletiva adotados não são exclusivos aos eventos de junho no Brasil. São elementos de forma que dialogam com repertórios de ação globais vigentes. Quando adotados por diferentes grupos dispersos ao redor do globo, simultaneamente, atestam para a existência de processos de difusão e contágio, bem como de isomorfismo nos repertórios de ação coletiva (Finnemore, 1996; Olzak, 2006; Adamson, 2005). Há de certa forma um contágio internacional, certamente facilitado pelo atual estágio da globalização e da integração tecnológica promovida pela internet, dos modos de ação encontrados na Primavera Árabe, no Occupy Wall Street, nos Indignados da Espanha, nas manifestações anticorrupção da Índia ou na Praça Taskim na Turquia. Slogans se repetem, movimentos dialogam nos gritos e nos cartazes com outras mobilizações ocorrendo a milhas de distância. Ilustra esta intertextualidade o seguinte mote entoado em São Paulo ao som de batuques carnavalescos: “Acabou o amor, isto aqui vai virar Turquia”. A menção ao amor, dialoga com um recente movimento urbano espontâneo que despontou na cidade em meados de 2012, o *Existe amor em São Paulo*, e que levou cerca de 10 mil pessoas à Praça Roosevelt com slogans do tipo “Fora Russomano” [em referência ao candidato a prefeito Celso Russomano]. Quanto à Turquia,

trata-se de uma clara alusão aos protestos que ocorriam em Istambul, no mesmo período.

Mas não apenas na forma o internacional se torna relevante. Também no conteúdo das reivindicações e nas causas profundas há semelhanças entre o que se vê no Brasil e o que se viu na Espanha em 2011 e na Turquia. Dentre estes fatores, encontra-se um possível esgotamento ou crise da democracia representativa (Habermas, 1998; Santos, 2007; Viera, 1997), tal como a concebemos hoje, bem como uma mudança econômica profunda nas sociedades com efeitos na expansão e/ou retração da classe média.

Por fim, a pergunta do porquê. Certamente a perplexidade não se dá por uma incompreensão das razões das manifestações. Nem mesmo a chamada apatia política dos brasileiros seria capaz de obscurecer as incontáveis razões que existem para sair às ruas.

Neste sentido, talvez igualmente relevante seja a questão do porquê agora. Em outras palavras, questionar-se quais os elementos conjunturais que explicariam a eclosão de manifestações no atual contexto.

Analistas e governantes pontuam que os protestos ocorrem em um momento aonde a desigualdade cai e o país vive quase o pleno emprego. A boa conjuntura econômica seria, paradoxalmente, um cenário factível para a formação de um descontentamento. Nas palavras do presidente do IPEA, Marcelo Neri: “A velha nova classe média já quer mais do que crescimento de renda. Quer qualidade nos serviços públicos” (IPEA, 2013).

Acrescenta-se a isso um hiato, entre expectativas e realidades. Tal como uma bolha prestes a estourar, as promessas do Brasil emergente começam a contrastar com o pouco crescimento do PIB e o retorno da inflação. Estabelece-se um fosso entre o discurso político de bonança, as expectativas dele geradas e a experiência cotidiana dos cidadãos, sobretudo nas grandes cidades. Por fim, os gastos com os megaeventos esportivos e as denúncias de corrupção atestam com ainda mais vigor o deslocamento entre os governantes e a sociedade. Por si só, ilustram não apenas a falta de pactuação de prioridades, como o descaso com a gestão *da coisa pública*.

Dado este panorama, não parece coincidência ter sido o transporte público o fator de eclosão dos protestos. Trata-se do serviço mais universal; aquele que atinge a um maior número de pessoas, de maneira transversal; interclasses. Dialoga com diferentes setores sociais mais do que qualquer outro serviços público, como saúde e educação, já mais amplamente privatizados. O transporte público também está no centro do dilema da mobilidade urbana contemporânea e sua precarização afeta a todos, mesmo aos que hoje optam pelo transporte privado.

Mas como já mencionado, o transporte foi a primeira pauta, mas não a pauta exclusiva das manifestações de junho. A ele se somaram a corrupção, os gastos com a Copa, a violência policial, e muitas outras mini-pautas.

Foram trazidas a público múltiplas agendas, por vezes conflitantes entre si. E olhando de cima a representação espacial de algumas das passeatas na Avenida Paulista não deixam dúvida: trata-se de um movimento atomizado, pessoas andando em pequenos grupos, sem liderança nítida. A ocupação do espaço é portanto a concretização no território de uma movimento ainda difuso, multifacetado.

Não obstante, a pluralidade de causas é ao mesmo tempo o que há de mais frágil e, paradoxalmente, de mais concreto nestes movimentos. Com o tempo, as grandes manifestações em São Paulo se dissipam e permanecem algumas reduzidas e setoriais. Chega o tempo das reflexões mais aprofundadas e das respostas por parte do poder público (nas diferentes esferas e poderes).

Algumas das iniciativas e respostas concretas aos movimentos de junho são bastante salutares, tais como o fim do voto secreto para Presidência do Senado ou a abertura de contas de secretarias de transporte nas capitais. Outras, por sua amplitude ou ambição terão que amadurecer, tais como uma possível reforma política ou da polícia.

Não obstante, não parece haver reforma capaz de responder às reivindicações das ruas, pois não existe maneira rápida de promover simultaneamente a melhoria das políticas existentes e a regeneração da vida política (Limongi, 2013). O pedido por melhores serviços é um pedido por mais Estado. Já o pedido pela reforma política ou da polícia é um pedido por um outro Estado. A conciliação entre ambos não poderá ser gestada imediatamente e nem somente nas ruas. Mas é salutar que não seja tampouco gestada a portas fechadas, longe da participação e do escrutínio público.

Vivenciando os protestos: Os modos das revoltas privadas

Outra faceta igualmente interessante dos recentes protestos são os comportamentos individuais; observáveis a olho nu por aqueles que vivenciaram presencialmente os protestos. É a partir desta nova lente, focada nos indivíduos, que se desenvolverá as reflexões que se seguem.

O indivíduo é personagem importante das recentes manifestações. Relevante porque a individualidade e a subjetividade tem marcado a tona das demandas e tem igualmente imprimido o *modus operandi* da ação coletiva.

Como mencionado na seção anterior, as análises mais frequentes têm apontado a indignação dos jovens como grande motor das manifestações de junho. Indignação que encontra nas macro-causas estruturais explicitadas acima sua razão de existir.

A indignação tem sido, no entanto, acompanhada de uma raiva generalizada. Raiva esta que merece maior atenção e estudo. Um impulso que não é necessariamente aquele descrito inicialmente pela mídia, como atos de

“vandalismo” da parte dos manifestantes “baderneiros”. Até porque basta frequentar manifestações, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo para saber que pichações, quebra de vidros, uso de fogo, ou coquetéis molotov são atos bastante frequentes. Lembrar dos carros queimados em Paris (2005) ou dos saques a lojas em Londres (2011), só para mencionar alguns exemplos.

Raiva do Estado e raiva da falta dele. Raiva que pede copiosamente pelo *impeachment* da Presidente eleita e que nega a política e grita “*sem partidos*”. Raiva de alguns que se traduz até em intolerância e violência para com aqueles que marchando ao lado empunham uma bandeira que não a sua.

Este sentimento pode ser visto, por um lado, como uma forma de negação da *coisa pública*. Entende-se aqui coisa pública no sentido empregado no conceito latim de *res-pública*, como o conjunto de bens públicos (em oposição a *res-privata*, ou ao que é de uso e gestão privada). Simultaneamente, a raiva é um apelo, um pedido de socorro.

Um grito pelo direito de manifestar, pela liberdade de expressão em sua acepção mais básica. Mas também pelo direito de ir e vir. E, por que não, de ocupação do espaço público. De marchar na Av. Paulista, de parar a cidade, de conquistar um território e depois usufruir dele. Trata-se de algo bastante significativo no cenário urbano brasileiro, de urbes marcadas pela segregação, violência e privatização.

Nada mais simbólico do que a Av. Paulista, às 23h da quinta-feira, 20/06, após a manifestação marcada para às 18h, repleta de skatistas, rappers, carrinhos de som e vendedores ambulantes de cerveja. Era uma festa. Um carnaval fora de época.

Havia, sobretudo na primeira semana de protestos, algo estranhamente festivo. No lugar do usual carro de comício, havia baterias no estilo carnavalesco (ou no estilo dos jogos universitários). Havia danças e gritos de guerra, tais como “*quem não pula quer tarifa*”. Todos pulavam. Havia, tal como num desfile de carnaval, as diferentes alas que avançavam: a do MPL como comissão de frente, a ala dos “com-partido” empunhando suas respectivas bandeiras, seguida de perto pela raivosa ala do anticorrupção ou dos “sem-partido”, enrolados na bandeira nacional.

Outro elemento importante das recentes manifestações é a cobertura da mídia alternativa. O caráter alternativo reforça o protagonismo individual sobre a tradicional cobertura das corporações midiáticas. Todo manifestante é potencialmente repórter de sua vivência. E as novas tecnologias potencializam o fenômeno fazendo com que incontáveis narrativas de um mesmo evento estejam disponíveis na *web*, em forma de fotos e vídeos, poucos segundos depois do fato ocorrido. Fator esse que tem acirrado potencialmente os conflitos reais e simbólicos entre manifestantes e polícia a cada novo ato marcado. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, tem sido um palco ainda mais contundente para a

discussão da interação entre manifestantes e policiais e do papel dos diferentes veículos midiáticos na produção de narrativas a este respeito.

Como maior exemplo deste tipo de mudança, própria de um ativismo do século XXI, tem-se a ação do Mídia Ninja. O “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”, NINJA, em alusão também aos guerreiros orientais, é um coletivo de jornalistas independentes que transmite os protestos ao vivo pela internet, em um modelo “sem cortes e sem censura” (Mazotte, 2013). Ninja traz em seus genes um misto de jornalismo e ativismo, bastante admirado em um contexto de crise de legitimidade dos tradicionais meios de comunicação. Durante os protestos, a Mídia Ninja se converteu rapidamente em uma fonte requisitada de informação sobre os protestos, pois buscou romper com o tradicional distanciamento dos repórteres (que se revelava na prática um alinhamento com o poder público estabelecido) para adotar a perspectiva do manifestante.

Esta confusão entre sujeito ativo e passivo, entre manifestante e observador, traz elementos interessantes para pensar o jornalismo contemporâneo, mas também a cidadania. Sepulta de vez a crença na neutralidade das informações e aventa, neste sentido, para possibilidades outras de consumo instantâneo de notícias. Informação sem filtros, mas não sem as incontornáveis mediações do sujeito que filma e narra o que vê e que, invariavelmente, escolhe os objetos e ações a serem transmitidos.

Os limites do manifesteio

É difícil fugir da constatação de que os protestos iniciados em junho marcam um momento crucial na história política brasileira. Trazem em seu seio inúmeras reflexões acerca do sistema político formal, bem como da relação entre Estado e sociedade no país. Apontam igualmente para formas novas de relação do indivíduo com a coisa pública, incluso quanto ao uso da violência.

Os protestos de junho congregam frustrações e reivindicações que se justificam pelo momento histórico e conjuntura atual do país e que não cessarão de existir, mesmo quando as manifestações se tornarem cada vez mais rarefeitas.

À multiplicidade de fatores macro-sociais que explicam a eclosão dos protestos, soma-se as subjetividades individuais dos atores que os expandiram e os sustentam no tempo.

O manifesteio, no entanto, encontra hoje seus limites. As reivindicações aos poucos vão saindo das ruas e se institucionalizando. Os movimentos iniciais e amorfos, aos poucos, têm cedido lugar a confrontos mais específicos e mais violentos. Sob um olhar otimista, o atual momento gerará proposições e mudanças nos diferentes âmbitos. E permite a gestação, ainda que bastante imperfeita, de uma outra política e de outras políticas. Os indivíduos, quanto a eles, não permanecerão indefinidamente nas ruas. Tal qual uma quarta-feira de

cinzas, sua raiva e frustração podem gerar, simultaneamente, apatia ou novas mobilizações mais focalizadas.

Por fim, é preciso enfatizar que a análise exposta aqui, à similitude da ação da Midia Ninja, é uma interpretação feita por um sujeito implicado, que esteve presente nas manifestações. Um sujeito que buscou construir um relato que mobilizasse simultaneamente as ferramentas da teoria social e os aportes do testemunho.

Espera-se que este tipo de esforço de reflexão contribua para abrandar a perplexidade inicial causada pela eclosão dos protestos, construindo aos poucos pontes para a compreensão teórica – no tempo e no espaço – das recentes revoltas no Brasil.

Manifestejes de Junio: negación y ocupación de la cosa pública

Resumen: Las manifestaciones de junio de 2013 en Brasil plantean dudas y conjeturas. En un ejercicio de comprensión del contexto actual, el presente artículo interpone dos lentes de análisis: una macro-social y otra del testimonio individual. Se argumenta que las movilizaciones actuales reúnen revueltas privadas y colectivas que, al mismo tiempo, niegan y ocupan el espacio público. Palabras-clave: Movilización social, espacio público, indignación, fiesta

Brazilian protests: denying and occupying public affairs

Abstract: The June 2013 demonstrations in Brazil raised doubts and conjectures. In an exercise to understand the current context, the present paper interposes two lenses of analysis: the macro-social and the individual testimony. It is argued that current mobilizations gather private and collective revolts, simultaneously denying and occupying the public space.

Keywords: Social mobilization, public space, wrath, party

Referências

- Adamson, F. B. (2005). Global Liberalism Versus Political Islam: Competing Ideological Frameworks in International Politics. *International Studies Review*, 7, 547-569.
- Finnemore, M. (1996). *National Interests in International Society*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Folha de S. Paulo* (2013). “Em protesto de SP, maioria não tem partido, diz Datafolha”, Cotidiano, 18/6/2013.
- Fukuyama, F. (2013). The Middle-Class Revolution. *The Wall Street Journal*, Saturday Essay, June 28th 2013.
- Habermas, J. (1998). Facticidad y Validez: sobre el derecho y el estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso. Madrid: trota.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2013). “Protestos no Brasil revelam novas aspirações, diz Neri”. Notícias, 28/6/2013.
- Limongi, F. (2013). “Regeneração” da vida pública. Estado de São Paulo, 07/07/2013.

- Mazotte, N. (2013). “Mídia NINJA: um fenômeno de jornalismo alternativo que emergiu dos protestos no Brasil”, 25/7/2013, In *Blog Journalism in the Americas, The Knight Centre for Journalism in the Americas*, The University of Texas at Austin. Disponível em: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-14113-midia-ninja-um-fenomeno-de-jornalismo-alternativo-que-emergiu-dos-protestos-no-rio-de->. Acesso: 26/07/2013.
- Olzak, S. (2006). *The Global Dynamics of Racial and Ethnic Mobilization*. Stanford: Stanford University Press.
- Pelbart, P. P. (2013). Anota aí: eu sou ninguém. Folha de S. Paulo. Tendências/Debates. 19/7/2013
- Santos, B. S. (2007). Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez.
- Tilly, C. & Tarrow, S. (2006). *Contentious Politics*, Boulder, Colorado: Paradigm.
- Viera, L. (1997). Cidadania e Globalização, Rio de Janeiro: Record.

Laura Trajber Waisbich
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Rua Morgado de Mateus, 615
04015-051 São Paulo, SP
Tel: 11 5574 0399
laura.waisbich@gmail.com

Recebido em: 18/6/2013

Aceito em: 30/6/2013